



TERCEIRA PARTE
OUTROS ESCRITOS

AS RAÍZES DO DECLÍNIO ECONÔMICO DA "METADE SUL" DO RIO GRANDE DO SUL¹

Jefferson Marçal da Rocha²

Dinizar F. Becker³

Resumo

Este artigo é uma análise dos principais fatores que influenciaram no processo de estagnação econômica da denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul, procurando identificar na historiografia fatores que justificassem o exclusivismo pecuário nas atividades produtivas da região e o desencadeamento de seu declínio econômico.

Palavras-chave: Raízes, Metade Sul, Rio Grande do Sul, Exclusivismo, Pecuária, Estancieiros.

Abstract

This article is an analysis of the main factors that influenced in the process of economic stagnation of the denominated South Half of Rio Grande do Sul, trying to identify in the historiography factors that justified the exclusive cattle-raising in the productive activities of the area and the to unleash of the economic decline of the area.

Keywords: Roots, State South, Rio Grande do Sul, Exclusivism, Cattle-raising, Estancieiros.

¹ Artigo originado da Dissertação de Mestrado " *As Raízes da Crise da "Metade Sul"- Uma Análise da Exploração pecuária na Formação Econômica do Rio Grande do Sul*"- defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- Mestrado da Universidade de Santa Cruz do Sul.

² Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC. Professor da Universidade da Região da Campanha- URCAMP. Professor do Pós-Graduação em Gerenciamento Rural e em Educação Ambiental da URCAMP, professor do Departamento de Ciências Econômicas da UNISC e doutorando em Meio ambiente e desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná- UFPR.

³ Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Regional e em Direito da UNISC. Chefe do Departamento de Ciências Econômicas da UNIVATES, Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – COREDES-RS.

1 INTRODUÇÃO

A historiografia relacionada à formação do Rio Grande do Sul tende a identificar o período entre o final do século XIX e início do século XX, como a época mais provável do começo da decadência econômica da chamada Metade Sul⁴. Esta constatação muito se deve à comparação que começou a ser feita em relação à ascensão econômica que a região norte do Estado começava a alcançar.

Período onde intensificam-se os protestos dos estancieiros pecuaristas da região em relação à “crise” da Indústria Charqueadora, pois na época ocorria uma baixa significativa no preço do gado, o que desencadeou um processo de decadência econômica de toda a denominada Metade Sul. Este processo era ocasionado tanto pela concorrência do charque produzido nos países platinos como pela diminuição de seu consumo em todo o país.

Em contraposição a esta situação, nesta mesma época ocorreu um rápido crescimento agrícola-industrial da região norte do Estado. Região, que ao contrário da Metade Sul, que tinha a economia baseada apenas na pecuária, caracterizava-se pela policultura, ligada ao cultivo de vários produtos coloniais como por exemplo: o milho, o vinho, a banha, a erva-mate, o trigo, o arroz, o feijão, a cana de açúcar e a cebola.

Também, a historiografia salienta que a política positivista⁵ dos governantes rio-grandenses, após a proclamação da República, assumia o papel de agente ativo na regulação da produção e diversificação da economia do Rio Grande do Sul (Becker, 1992).

(...) demonstrando a perda do poder da pecuária e dos pecuaristas, tributaram de forma diferenciada as exportações de produtos de origem bovina. A manutenção de taxas elevadas do imposto de exportação sobre os produtos bovinos, ... atingiu diretamente os grandes proprietários rurais e sua principal atividade, a pecuária extensiva (Becker, 1992, p. 86).

A colonização da região norte, nesta época, contava com o apoio do Governo do Estado, tanto na distribuição de sementes como na abertura de canais de distribuição.

Foi neste período que motivaram-se as primeiras comparações entre região sul e norte e a criação de conceitos translúcidos nos discursos das entidades representativas

⁴ Termo popularizado nas últimas décadas para designar a grande região localizada ao Sul do RS (ver Mapa em anexo).

⁵ Sobre a política positivista no RS, ver Fonseca (1983, 1985).

da região sul, dando origem ao “geografismo”⁶ político existente no interior do Rio Grande do Sul, entre Metade Sul e Metade Norte do Estado.⁷

Ressalta-se que os estudos econômicos anteriores a este período ainda são poucos, e podem estar relacionados a dois motivos essenciais: a falta de levantamentos científicos sobre os dados econômicos daquela época e a dificuldade de compatibilizar as informações existentes com as delimitações geográficas atuais.

Fica-se, portanto, com as afirmações de pesquisadores como Pesavento (1980, 1980(a), 1983, 1985, 1986) e Flores (1990), além das constatações estatísticas dos economistas Fonseca (1983) e Carrion Jr⁸ (1981) e ainda nas observações dos “viajantes” que cruzaram a região como Auguste de Saint-Hilarie, Nicolau Dreys, Robert Ave-Lallemant, Conde D'Eu,.... Autores que em sua maioria vincularam a decadência da região sul ao processo de desestruturação da economia pecuária-charqueadora.

Entretanto, apesar de constituírem a empresa manufatureira mais característica da região da pecuária tradicional, as charqueadas representavam um setor econômico em crise no final do século XIX, enquanto que a economia colonial imigrante encontrava-se em ascensão (Pesavento, 1985, p. 38).

Isto significa que a economia gaúcha é reorientada na República Velha, pois que, de eminentemente pecuária e baseada na demanda de exportações de um produto ou dois produtos(charque e couros), passará a uma economia policultora e com ênfase ao mercado local. Esta etapa é um mero passo para que se busque evidências de que a Campanha está atravessando, durante o período histórico em pauta, uma estagnação econômica frente à Serra e ao Planalto (Fonseca, 1983, p. 29).

A exclusividade da atividade pecuária foi uma característica na formação econômica do Rio Grande do Sul. Esta preponderância originou-se desde a vinda dos primeiros povoadores, seja pelo caráter religioso, os jesuítas⁹, como pela estratégia militar dos portugueses.

⁶ Para uma melhor análise deste processo, ver Soares, 1996.

⁷ Pelo declínio demográfico da região sul se pode ter uma idéia da perda de sua importância na virada do século, pois entre 1890 e 1940 perdeu mais 16% em relação ao total da população do Estado (Bandeira, 1994).

⁸ Houve muitos pesquisadores que trataram da questão (José Antonio F. Alonso, Pedro Silveria Bandeira, Maria Antonacci, Fernando Henrique Cardoso, Guilhermino Cesar, Arthur Ferreira Filho, Décio Freitas, ...), mas propositadamente foram citados no texto dois historiadores e dois economistas, que notoriamente conhecem profundamente a história rio-grandense.

⁹ Que expandiram suas estâncias por toda a região sul do Rio Grande do Sul.

O setor primário de toda a chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul caracterizou-se pela predominância das atividades pecuárias. Ainda em 1940, por exemplo, estas atividades representavam 65,85% do valor bruto da produção agrícola (Bandeira, 1994).

Nota-se na avaliação do processo econômico da Metade Sul, ao contrário de outras regiões, em que a exclusividade em um único produto, geralmente, proporcionou uma dinamização nos fatores produtivos, com a implantação de novas técnicas e a busca de melhores rendimentos, na região sul do Estado, a especialização nas atividades pecuárias, pelo contrário, proporcionou baixos índices de produtividade e pouca diversificação nos métodos produtivos. Mas a que se deve isto? Por que a pecuária continuou a ser produzida de forma extensiva nas estâncias da Metade Sul? Por que não se buscaram produzir novas culturas agrícolas?

Segundo Fonseca (1983), o charque, já no início da República Velha (1889), estava perdendo rapidamente a posição de principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, pois passava a concorrer com a ascensão de outros produtos agrícolas, principalmente aqueles oriundos da "Região Norte Colonial" do Estado.

A Metade Sul, que desde sua ocupação esteve voltada para a criação extensiva de gado, e sempre encontrou mercado para seus produtos, mesmo com esta nova realidade não procurou alterar sua forma produtiva. Isto não pode ser explicado só pela falta de incentivos, reclamado pelos estancieiros, mas sim de informações e iniciativas dos criadores de gado.

Porém, segundo Bandeira (1994), não se pode cair no simplismo, ao tentar explicar o pouco dinamismo produtivo dos estancieiros, restringindo-se apenas em observações empíricas como: os estancieiros eram atrasados e pouco propensos a inovações, preferindo gastos em bens supérfluos ao invés de buscar novos processos de dinamizar suas atividades produtivas, embora este comportamento tenha sido a regra entre muitos na região, esta teoria pré-estabelecida limita-se a uma constatação improvável, de que as causas da decadência econômica da Metade Sul encontram-se na formação étnica dos grupos sociais que ocuparam o território, não permitindo novas análises econômicas ou sociais.

O que é certo é que a estagnação da economia pecuária/charqueadora estava vinculada intimamente à colocação do charque rio-grandense nos centros de consumo das regiões do centro do país que se baseavam no cultivo de produtos de exportação (açúcar, café...).

Não era de interesse dos centros dinâmicos e politicamente hegemônicos do centro do país, a elevação do preço do charque, pois tal fato encarecia o preço final de seus produtos de exportação. A elevação do preço do charque rio-grandense representava a elevação dos custos gastos na alimentação dos escravos.

A chamada "crise" da economia charqueadora, no final do século XIX, tornava-se irreversível. Crise que se dava especialmente em função da abolição da escravatura, que

não obrigava mais os proprietários de escravos a alimentá-los, diminuindo assim consideravelmente o mercado do charque rio-grandense.

Os estancieiros da região, no princípio do século XX, exigiam do Estado uma política protecionista para o setor pecuário, pois acreditavam que a pecuária, sendo a atividade predominante da economia do Rio Grande do Sul, deveria ser socorrida.

Faltava-lhes a capacidade de visualizar todo o processo que havia se desencadeado no país durante a República Velha. O comércio de charque diminuía, de ano para ano, fazendo com que caísse sua participação percentual no volume das exportações do Rio Grande do Sul. Enquanto isso, ocorria uma ascensão gradativa dos produtos agrícolas oriundos da região norte.

Fonseca (1983) enumera dois concorrentes que agravaram a comercialização do charque rio-grandense, um desde o início século XIX: o charque oriundo dos países platinos e o outro era a existência de substitutos, como o bacalhau por exemplo, que aumentaria o consumo se o preço do charque viesse a subir.

O fato é que o charque que em 1890 atingia 30,3% do valor da exportação do Rio Grande do Sul chega em 1927 à cifra de apenas 17,8% do volume das exportações estaduais (Fonseca, 1983).

A economia da Metade Sul mostra-se, durante este período, incapaz de renovar e transformar sua base econômica, não alterando sua estrutura produtiva e inviabilizando a alavancagem no processo de desenvolvimento, originando o chamado "discurso da crise".

2 A MONOCULTURA PECUÁRIA: UM FATOR DE CONTRASTE NA PRODUTIVIDADE

Num primeiro passo, é preciso entender quais foram os fatores que levaram os estancieiros da região sul do Rio Grande do Sul a serem considerados atrasados e pouco propensos a inovações, como decorrência de uma forma específica de racionalidade dos agentes envolvidos no processo de produção" (Bandeira, 1994, p. 19).

Há inúmeras influências sociais, políticas, econômicas e culturais que podem ser identificadas como desestímulo aos estancieiros da Metade Sul na procura de novas estratégias produtivas, porém ocupar-se-á aqui de duas que, se não estavam entre as principais, certamente são as que mais foram retratadas na historiografia rio-grandense: a pouca difusão das atividades do setor agrícola e a predominância dos grandes latifúndios.

A justificativa que se tem é que a pouca exploração do setor agrícola deve-se muito ao fato de associá-la ao consumo alimentar dos habitantes da região, que se baseava quase que exclusivamente na carne, aliado à crença dos primeiros habitantes da região Meridional do Brasil, que consideravam as terras do sul do Rio Grande do Sul pouco adequadas às

atividades agrícolas.¹⁰

A distinção entre a campanha e as serras, já causava espanto e preocupação aos que passavam pelo Rio Grande do Sul, durante o século XIX.

Assim, a mata e o campo são dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais, tanto quanto às econômicas, sociais e raciais. No planalto ocidental do Rio Grande do Sul, esse dois mundos diferentes se limitam por fronteiras nítidas e distintas, com intervalos de alguns quilômetros até 30 ou 50 quilômetros (Waibel, 1979, p. 231).

Os grandes latifúndios foram predominantes na forma de ocupação do território da região sul do Estado do Rio Grande do Sul motivados tanto por questões estratégico-militares, como pela existência na região de inúmeros animais vacuns, que propiciavam a incorporação da criação extensiva da pecuária, naturalmente às formas produtivas das estâncias.

A quantidade de gado e as extensões de terras possibilitavam ao estancieiro, mesmo administrando seus negócios de uma "forma ineficiente", sem muitas inovações e melhoramentos tecnológicos, rendimentos que lhes proporcionavam a manutenção de um padrão de vida satisfatório.¹¹

Sem maiores gastos em investimentos na produção do gado, e com um nível de consumo apenas necessário à manutenção de sua família, os grandes estancieiros adquiriam condições econômicas necessárias para compra de novas terras, quase sempre lindas¹² das suas. As terras adquiridas dos "estancieiros menores" que por um motivo ou outro haviam endividado-se nos períodos de baixa no preço pago à pecuária. Sem uma melhor alternativa, estes estancieiros menores não tinham outra solução a não ser a venda do gado e terras para os seus "compadres", os "estancieiros maiores" e mais ricos.

Já os estancieiros menores, desfazendo-se das terras e do gado, quase sempre dirigiam-se às cidades, onde geralmente mostravam-se despreparados para empreen-

¹⁰ A formação militar dos primeiros habitantes, aliada à enorme quantidade de gado que se encontrava na região podem ter motivado esta conclusão.

¹¹ "Torna-se útil lembrar, neste contexto, a distinção feita por Hebert Simon entre os dois tipos ideais de agentes econômicos: o *optimizer* e o *satisficer*. O comportamento *otimizador* do primeiro corresponderia ao "homem econômico" onisciente descrito nos livros-texto de economia, capaz de sempre escolher, em cada situação concreta, a melhor dentre todas as opções existentes. O *satisficer* corresponderia a um modelo mais realista do agente decisório, caracterizado pela busca de soluções satisfatórias, e não necessariamente ótimas, tendo como base um elenco mais limitado de informações.

Os pecuaristas gaúchos seriam, portanto, na sua maior parte, *satisficers*,..." (Bandeira, 1994, p.20).

¹² Limitrofes.

dimentos urbanos. Os recursos adquiridos com a venda de sua propriedade iam-se esmiuçando, ocasionando um processo de empobrecimento que levaria seus descendentes (no máximo uma ou duas gerações) muitas vezes a miséria absoluta.¹³ (Bandeira, 1994)

Mesmo no período de baixa no preço pago pelo gado, os estancieiros resistiam em empreender-se nas atividades agrícolas. Tal atitude se justifica pela necessidade de empregar grandes somas de dinheiro, que as atividades na lavoura requeriam desde a sua implantação, como na compra de equipamentos e investimento com mão de obra¹⁴, gerando, para os estancieiros, riscos de perdas significativas, caso a empreitada não alcançasse sucesso.

Constata-se, assim, o modo pelo qual a formação e a predominância dos grandes latifúndios, que contribuíram de forma decisiva para a disseminação de uma "cultura econômica pecuarista" em quase todo o meio rural da Metade Sul, que se manteve praticamente inalterada até a metade do século XX.¹⁵

Um outro fator que deve ser considerado na justificativa da prevalência quase que exclusiva na cultura pecuária pelos estancieiros pode ser atribuído à inadequação de parte das terras da região para o cultivo de lavouras.

Em certas zonas, inclusive, praticamente inexitem áreas adequadas para o cultivo com lavouras temporárias (...). No Oeste da Campanha, da mesma forma, os solos superficiais e muito suscetíveis à erosão tornam o cultivo viável apenas nas várzeas (Bandeira, 1994, p. 22).

Logo, percebe-se que é perfeitamente possível justificar o comportamento conservador dos estancieiros rio-grandenses nesta época, no que toca à forma de administrar seu patrimônio. A "cultura pecuarista" dos estancieiros não era decorrente obrigatoriamente de sua ignorância ou incompetência como agentes econômicos, mas sim de uma racionalidade baseada nas características geográficas da região e, principalmente, de sua origem militar, que mantinha-os em uma mesma atividade produtiva, pelo absoluto desconhecimento de outras formas produtivas, mesmo quando a partir do final do século XIX, a economia pecuária já se mostrasse em declínio.

O que se observa é uma forma particular de racionalidade, que primava pela segurança de um rendimento abaixo do estado ótimo¹⁶ que lhe asseguravam um padrão

¹³ Retrato desde processo pode ser constatado nos relatos do romancista Cyro Martins na obra "Trilogia do Gaúcho a pé", composta pelos romances *Sem Rumo* (1981), *Porteira Fechada* (1993) e *Estrada Nova* (1992).

¹⁴ Os gaúchos que habitavam a região não tinham propensão ao cultivo agrícola. Para um investimento neste setor necessariamente dever-se-ia "importar" mão de obra especializada de outras regiões ou até do exterior.

¹⁵ Os resultados das culturas agrícolas eram totalmente desconhecidos na região até os primeiros anos do século XX.

¹⁶ Uma empresa terá uma lucratividade econômica ideal se sua receita bruta, após deduzir-se o capital

de vida relativamente satisfatório, e com um menor nível de risco.

Por esta análise compreende-se a relutância em incorporar em suas atividades a cultura agrícola que requeria somas significativas de investimentos em sementes, implementos e contratação de mão de obra, além de ser mais suscetível às intempéries da natureza.

A lavoura nas estâncias geralmente foi uma atividade complementar, ficando reduzida a um distante segundo plano em relação à cultura pecuária. Servia apenas como cultura de subsistência.

A especialização na pecuária, que poderia promover uma maior dinamicidade econômica, com a implantação de novas técnicas e um conseqüente aumento de produtividade, mostrou-se restrita a formas produtivas, que existiam desde sua ocupação, com a criação de animais vacuns de forma extensiva.

Mesmo afunilando-se o processo de especialização na pecuária da Metade Sul, os métodos produtivos mantinham-se arcaicos e com baixos índices de lucratividade, fator que mesmo assim não motivava a busca de novas alternativas.

3 A TRANSIÇÃO CAPITALISTA NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL: DOIS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

O contexto social rio-grandense, durante os anos que se seguiram à Proclamação da República (1889), baseou-se em formulações de políticas que se chocaram com os interesses da classe estancieira da Metade Sul, que haviam dominado, até então, a economia e a política do Rio Grande do Sul, ao longo da história regional.

Os estancieiros, durante o período imperial, haviam sido favorecidos por inúmeros benefícios, tanto na concessão da posse das terras, bem como na ineficiente fiscalização do contrabando de gado, possibilitando-lhes uma estabilidade econômica "aceitável".

Segundo a historiografia, a política republicana e a nova realidade causaram rupturas entre as antigas classes políticas do Estado, dividindo-as em duas facções: a do Partido Republicano, ligado aos novos interesses do governo, com um discurso progressista e empreendedor, e o Partido Federalista que mais tarde se transformaria em Partido Libertador, defensor dos interesses dos estancieiros sulinos¹⁷.

Esta ruptura, além de divergências ideológicas e políticas,¹⁸ estabelecia,

circulante adiantado (ou seja, as despesas anuais com materiais, salários...) proporcionar ao investidor (empresário) um valor superior ao seu capital investido, levando em conta a taxa de juro predominante no país. (Chayanov, 1981, p. 136). Ver também Schumpeter, 1982, p. 87-105.

¹⁷ Embora entre os Republicanos houvessem estancieiros.

¹⁸ Não cabem aqui maiores análises. Ver Fonseca, 1983 e 1985.

especialmente, conflitos quanto aos projetos econômicos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O projeto econômico do Partido Republicano direcionava-se para a região Norte do Estado, com o explícito intuito de diversificar a produção primária do Rio Grande do Sul, com uma agricultura baseada na policultura.

O projeto republicano visava dar dinamicidade ao setor agrícola policultor, pois entendia que a economia, exclusivamente ligada à pecuária, seria incapaz de alavancar um processo de desenvolvimento promissor, pois além de vir sofrendo, há alguns anos, uma concorrência direta do charque platino, ocorria uma diminuição de seu consumo em todo o Brasil.

Embora a direção nos investimentos econômicos do Estado neste período pudesse parecer fruto de interesses políticos e ideológicos, na verdade, segundo Fonseca (1985), tinha uma direção geográfica que visava beneficiar a região Norte, pela policultura.

A produção agrícola dos novos imigrantes europeus vindos para a região norte do estado, considerados por Becker (1992) como "novos agentes" produtivos, fez surgir nas relações econômicas do Rio Grande do Sul a forma tipicamente capitalista de produção, baseada no trabalho assalariado e utilização de estratégias que visavam especialmente ao lucro, características ausentes, até então, das atividades pecuárias do Estado.

Tal fator acarretou uma série de mudanças: a níveis econômicos, sociais, tecnológicos e políticos no contexto histórico do Rio Grande do Sul. Segundo Fonseca (1985), o final do século XIX foi "um período de nascimento e florescimento do capitalismo no Rio Grande do Sul" (Fonseca, 1985, p. 263).

Assim, a "crise" da economia pecuária-charqueadora, detectada pela historiografia nas últimas décadas do século XIX, após a Proclamação da República, vinha desde a metade do século XIX, quando a região agrícola de colonização alemã e italiana começou a obter consideráveis índices de crescimento econômico. Em contrapartida, a economia pecuária da Metade Sul passava por períodos de oscilações, refletido especialmente pelo decréscimo do charque no percentual das exportações do Estado.

Enquanto o projeto econômico do Partido Republicano apoiava-se na estratégia de diversificação da produção agrícola, numa tentativa de fugir da dependência exclusiva dos produtos da pecuária, incentivando com isto, particularmente a policultura nascente no Norte do Estado, o projeto econômico dos Federalistas, ligado à classe dos estancieiros, procurava em suas reivindicações, enfatizar a importância que as atividades ligadas aos produtos pecuários tiveram em anos anteriores e associavam o desenvolvimento da economia do Estado à possibilidade da pecuária conquistar novos centros consumidores para a exportação. (Fonseca, 1983)

Segundo Fonseca (1983), havia duas questões fundamentais que se antagonizavam nos planos econômicos das duas facções políticas que disputavam o poder no Rio Grande do Sul: os transportes e a política de imigração.

Na questão dos transportes, fator considerado na época como fundamental para

facilitar o comércio entre o Rio Grande do Sul e os Estados do sudeste do país, já ficavam evidenciados os conflitos de interesses entre as duas facções políticas. De um lado o Partido Republicano, sob inspiração positivista, entendia ser tarefa do governo incrementar igualmente a todas as regiões que compunham sua administração, sem beneficiar nenhuma em particular, por outro lado, os estancieiros da Metade Sul exigiam do novo governo o incremento do setor ferroviário em direção à região fronteira. Incremento que para eles facilitaria o comércio dos produtos pecuários, pois vinham sofrendo desde a metade do Século XIX com a concorrência do charque dos países platinos, pois as saladeiras platinas utilizavam-se da navegação marítima via Buenos Aires, para chegar às fazendas cafeicultoras de São Paulo.

O projeto do governo estadual, neste sentido, seguiu uma estratégia contrária à reivindicada pelos estancieiros pecuaristas. Visando incentivar a imigração de colonos para regiões ainda inexploradas e consolidar a policultura, o governo estadual incrementou o setor ferroviário em direção à região norte a fim de favorecer o fluxo da produção colonial, como consta no relatório do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1899:

Era necessário, pois, abrir facais vias de comunicação e tal há sido a perserente(sic) obra posta em relevo pelo conjunto de trabalho já enumerados.

Não basta introduzir o immigrante(sic); é mister, outrosim(sic), preparar a colonia para recebel-o(sic), datando a de todos os melhoramentos imprescindíveis.

Graças a um tal regimen(sic) observado sempre, florescem nas actuaes(sic) colonias commercio(sic) e as industrias(sic) (Relatório do Presidente do Estado do RS em 20.09.1899, p. 24).

Singer(1977) também aborda esta questão:

Para que a colonização pudesse prosseguir, avançando para áreas mais afastadas dos cursos navegáveis, era preciso um meio de transporte terrestre de maior eficiência que o carro de boi. A estrada de ferro veio resolver o problema (Singer, 1977, p. 159).

Segue ainda Singer (1977) salientando a localização estratégica geográfica, que justificava a política implantada:

Outro aspecto digno de nota consiste em que Porto Alegre é o verdadeiro centro do sistema ferroviário do centro e do norte. Como vimos, mesmo antes da construção das estradas de ferro, era Porto Alegre o escoadouro da produção comercializada de toda área

colonial, graças à sua localização, junto ao Guaíba e à lagoa dos Patos. Era natural que a rede ferroviária fosse projetada de acordo com as linhas de comercialização já existentes (Singer, 1977, p. 160).

Entretanto, Singer (1977) salienta que a construção de ferrovias no Rio Grande do Sul já havia começado há alguns anos antes da Proclamação da República, quando começaram, quase no mesmo tempo, a ser construídas duas ferrovias: uma em direção à Metade Sul e outra em direção à região norte.

A característica reveladora neste sentido era a dicotomia que dividia a economia e a sociedade rio-grandense, pois estas duas ferrovias distintas foram construídas numa mesma época e uma ao lado da outra. A do Sul, partindo da cidade de Rio Grande, para canalizar a produção da atividade pecuarista e a do Centro-Norte, tendo como ponto inicial Porto Alegre e estendendo-se para a direção da serra, para facilitar a comercialização dos produtos coloniais.

Segundo Becker (1992), o mercado regional do Rio Grande do Sul, já a partir de 1874, ganhava uma nova dinâmica com o avanço dos transportes ferroviários.

Apesar da interligação destas duas redes ferroviárias, que se unem em 1886 na Cidade de Cacequi, no centro do Rio Grande do Sul, percebe-se que suas economias permaneceram separadas. Esta realidade perpetuou-se até a metade do século XX sem que nenhum fato significativo mudasse esta realidade (Vieira e Rangel, 1993).

A colonização alemã e italiana cria uma economia baseada na lavoura e na pequena criação no centro e norte do Estado, ao passo que no sul persiste a economia fundada na criação extensiva e em grande escala (Singer, 1977, p. 160).

Contrariando os interesses pecuaristas, a política econômica do governo do Estado direcionou-se, desde os primeiros anos da República, no incentivo às novas lavouras agrícolas, e para isto estimulou o processo de imigração, que havia começado em 1824, com os alemães e com os italianos a partir de 1870.

O projeto Republicano baseava-se no pressuposto que o incremento no cultivo de novas culturas garantiria, futuramente, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul entendendo ser esta resposta encontrada para o processo de estagnação por que passava a economia rio-grandense, que até então baseava-se exclusivamente na produção pecuária da Metade Sul do Estado.

Com um discurso inovador o PRR via a dependência da economia rio-grandense, basicamente ligada à pecuária, como fruto da má política econômica empregada durante o Império, pois toda a economia do Estado, até então, notabilizou-se pelo exclusivismo nas exportações apoiadas nos produtos originados da pecuária.

A estratégia econômica do PRR não descartava o comércio exportador, porém, para eles, o incentivo à diversificação produtiva evitaria a desestruturação de toda a economia do Rio Grande do Sul quando ocorressem crises que afetassem os produtos originários da pecuária. Para eles a estratégia diversificadora das atividades agrícolas proporcionaria a independência interna no abastecimento de alimentos, pois acreditavam que “exportar significa vender ao exterior o que a economia interna não absorveu; exportar-se o excesso, depois do abastecimento do mercado local...” (Fonseca, 1983, p. 72).

A política de incentivo à policultura, mesmo sofrendo protestos dos estancieiros da Metade Sul surtiu efeitos. Os resultados puderam ser vistos anos mais tarde, pelo aumento considerável dos produtos agrícolas cultivados nas colônias do norte no percentual das exportações do Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, a ascensão da policultura e uma incipiente e promissora industrialização do norte do estado nas últimas décadas do século XIX, tornavam visíveis o processo de estagnação pelo qual passavam as atividades pecuárias da Metade Sul.

Pela tabela a seguir nota-se, por exemplo, que o charque e o couro que constituíam 74,9% das exportações do Rio Grande do Sul em 1861, representam apenas 42,2% em 1894. Em compensação, a banha que em 1861 ainda era um produto importado, no ano de 1894 já alcançava o segundo produto da pauta das exportações do Estado.

TABELA 1: Exportações dos principais produtos do Rio Grande do Sul nos anos de 1861 e 1894 (Em contos de réis).

PRODUTOS	ANO 1861	(%)	ANO 1894	(%)
Charque*	5.940	37,7	11.663	28,6
Couros*	5.856	37,2	5.552	13,6
Banha**	--	--	6.183	15,2
Farinha de				
Mandioca**	221	1,4	3.419	8,4
Feijão**	627	4,0	2.866	7,0
Fumo**	--	--	736	1,8

FONTE: Relatório apresentado pelo Vice-presidente da província, etc, Porto Alegre, 1861, e Rodrigues, A. F., Notícia histórica e descritiva do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1896. (In: Singer, 1977, p. 163).

* produtos oriundos da criação pecuária ** produtos da lavoura e pequena criação.

Nota-se também pelos números da tabela que os produtos agrícolas oriundos da região colonial, que somavam um percentual de apenas 5,4% no total das exportações do Rio Grande do Sul em 1861, no ano de 1894 perfazem a soma de 32,44.

Singer (1977) confirma esta nova tendência na economia rio-grandense, quando relata:

O Rio Grande do Sul, que durante a maior parte do século passado se notabilizara como exportador dos produtos animais (carne e couro), assume no fim do século as feições atuais de grande exportador também de produtos de lavoura (Singer, 1977, p. 164).

Pode-se constatar pelos dados do levantamento de 1907, apesar de sua precariedade¹⁹, que já há, também, uma significativa diversificação do perfil da indústria gaúcha neste período, especialmente na região Norte do Estado, enquanto a Metade Sul, continua ligada, exclusivamente ao setor pecuário.

Segundo Bandeira (1994), o fato de ter ficado ligado exclusivamente em apenas um setor da economia, também pode ser considerado no processo de desestruturação industrial da Metade Sul, pois ao que tudo indica enquanto o mercado interno brasileiro precisou dos produtos do Pólo industrial Pelotas-Rio Grande (charque especialmente), este se manteve em crescimento considerável, mas logo que este mercado se fechou, o consumo interno do Rio Grande do Sul mostrou-se incapaz de servir de apoio à consolidação e expansão dos estabelecimentos industriais na região.

Já na região Norte do Estado, este fato não ocorreu, mesmo porque seus produtos manufaturados atendiam tanto às necessidades do mercado interno, como também dos consumidores do centro do país.

A peculiaridade da economia das colônias européias no sul do Brasil é que ele não se liga ao mercado mundial por meio de um dos poucos produtos “coloniais”, mas sim ao mercado interno, ao qual fornece gêneros alimentícios e matérias-primas (como fumo, por exemplo) (Singer, 1977, p. 169).

Assim, mesmo considerando este “novo agente” na economia do Rio Grande do Sul não se pode negar papel fundamental do Estado neste processo. A sua participação

¹⁹ “O censo de 1907, pela forma como foi organizada a coleta dos dados, deixou de abranger muitos estabelecimentos menores e menos organizados. Assim, a importância dos segmentos semi-artesanais da indústria gaúcha da época deixou de ser adequadamente avaliada por esse levantamento” (Bandeira, 1994, p. 23).

foi decisiva, em particular, em dois momentos: primeiro, quando a tarefa foi a abertura de caminhos em uma área ainda inexplorada e de difícil acesso, que possibilitou o escoamento dos produtos das lavouras coloniais; e mais tarde, quando a produção colonial começou a atingir índices significativos, no final do mesmo século, a estratégia foi abrir novos mercados para os seus produtos.

Estas políticas de investimentos possibilitaram a comercialização dos produtos coloniais, tanto para os centros consumidores do próprio Estado, que nesta época já contava com várias cidades, como para a região sudeste do país, que baseada na produção agro-exportadora, necessitavam de produtos para o consumo interno, sendo desta época o título dado ao Estado do Rio Grande do Sul de "Celeiro do Brasil".

Para Antonacci (1981), o processo de estagnação econômica que ocorria na economia pecuária-charqueadora a partir da segunda metade do século XIX repercutia ainda mais pela ascensão da policultura e da indústria que surgiam na região norte do Rio Grande do Sul.

Para o governo, a crise na economia pecuária-charqueadora, no final do século XIX, não se devia à falta de políticas de incentivos, mas sim ao esgotamento de uma atividade que já não encontrava mercado para sua produção.

Os novos agentes econômicos, oriundos da região norte, ligados ao crescimento da lavoura, da pequena criação, do comércio e da indústria, eram utilizados pelo novo governo republicano para provocar uma reformulação das estruturas arcaicas a fim de instaurar uma "nova ordem" (Müller, 1972).

A Revolução Federalista²⁰ de 1893/1895 pode ser considerada como a ruptura definitiva do governo Estadual com as forças representativas dos estancieiros que, representados por Gaspar Silveira Martins, defendiam maiores subsídios para a economia pecuária-charqueadora.

Esta "nova ordem" não era uma exclusividade do Rio Grande do Sul, ela seguia uma tendência em todo o Brasil, instaurada na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, que "obrigava a todo Estado adequar-se a uma estrutura progressista frente às necessidades de modernização exigidas pela ordem capitalista mundial (Müller, 1972).

Para os políticos opositores, os estancieiros, a estratégia para o Rio Grande do Sul seria enfrentar a nova ordem, mantendo a especialização nas atividades da pecuária. Segundo Demétrio Xavier, deputado da oposição, os políticos do Rio Grande do Sul deveriam utilizar como modelo a política dos produtores de café em São Paulo e defenderem o seu principal produto de exportação, que até então era a pecuária.

²⁰ A Revolução Federalista se constituiu na reação ao controle do processo político pelos republicanos seguidores do positivismo. Esta reação partiu dos liberais que em 1889, que haviam sido derrubados do poder (Pesavento, 1983 a).

O que é urgente e patriótico para o Rio Grande do Sul é o Governo procurar fazer a defesa do boi, a exemplo do que São Paulo fez com o café, porque, assim como este está para a riqueza pública de S. Paulo, assim também está o boi para o Rio Grande do Sul (Annaes da Assembléia...op. cit., 1926, p. 552 apud Fonseca, 1983, p. 76).

Para Demétrio Xavier, a nova política econômica imposta no Rio Grande do Sul não beneficiava em nenhum momento os estancieiros pecuaristas da Metade Sul do Estado.

Os fazendeiros nada disso (recebem do Governo) (sic). Jogam aos asares(sic) da sorte capitaes (sic) enormes, invertem milhares de contos em outros tantos milhares de cabeças de gado, que ficam sujeitas a todas as intemperies(sic), às secas, às epistias, que diziminam rebanhos e rebanhos, e ainda, sobretudo isso, entregues à boa ou má vontade dos gananciosos compradores nas épocas de safra, porque estes não têm contrôle(sic) de qualquer natureza(sic), e muito menos dos poderes oficiais(sic) (Annaes da Assembléia... Op. cit., 1926 p. 552 apud Fonseca, 1983, p. 77).

Esta discordância quanto à política econômica a ser adotada no Rio Grande do Sul ocasionou o fracionamento das classes dominante do Estado. A nova dinamização econômica imposta pelo projeto do PRR, que baseava seus princípios na teoria positivista, podem ser entendidos a partir das seguintes questões: 1ª) houve, no final do século XIX, significativas mudanças na estrutura econômica e social do Rio Grande do Sul, ocasionadas especialmente pela diversificação na produção e o conseqüente aumento das exportações; 2ª) com os novos "emergentes" da economia, houve uma ampliação das necessidades econômicas e sociais, não mais restritas à classe pecuária-charqueadora, isto fez surgir novas pressões na estrutura do poder do governo; 3ª) partindo dos princípios de Augusto Conte, o aparelho estatal se modelou para adequar-se a estas novas necessidades que surgiram (Antonacci, 1981).

A economia "emergente" da região norte, na virada do século XX, baseada na policultura, passou a fomentar os índices de exportação do Rio Grande do Sul, onde o Estado ficou reconhecido, a partir dessa época, como região agrícola ligada à policultura, e não mais unicamente produção pecuária.

Esta nova realidade só foi possível porque encontrou no projeto político do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) condições de se expandir. Os estancieiros, vendo-se abandonados pelas novas estratégias políticas do governo Republicano, iniciam um discurso veemente contra os favorecimentos aos agricultores da região norte.

Segundo a historiografia, a economia pecuária-charqueadora no final do século XIX, já não tinha mais mecanismos de expansão, era uma atividade em franca decadência,

porém isto não se devia ao discurso de abandono econômico com que os estancieiros reclamavam do projeto Republicano.

Esta nova característica da economia do Rio Grande do Sul ligava-se a dois fatores que aliados permitiram este novo caminho: as iniciativas dos imigrantes que destinaram-se à região norte do estado, focalizados por um mercado que lhes sugeria a nova conjuntura capitalista no país, como também ao estímulo da política econômica estadual, que lhes proporcionou crédito e infra-estrutura adequada para o escoamento de sua produção.

4 O DECLÍNIO DA ECONOMIA PECUÁRIA DA METADE SUL FRENTE À ASCENSÃO POLICULTORA DA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Com a intensificação da indústria charqueadora durante todo o século XVIII houve um desenvolvimento econômico considerável na maioria das estâncias espalhadas pela Metade Sul do território rio-grandense. Os estancieiros estabelecidos como grandes criadores de gado assumiram o domínio completo da economia e da política do Estado.

Além do gado "em pé", que continuava sendo comercializado tanto para as charqueadas rio-grandenses, como também sendo contrabandeado com os países platinos, havia o comércio dos outros produtos originados dos próprios rebanhos como o couro, o sebo, pêlos e chifres.

Cada vez mais a pecuária e o charque tornavam-se a marca econômica do Rio Grande do Sul, especialmente na Metade Sul.²¹

Apesar de ser a marca econômica do Estado do Rio Grande do Sul, a atividade charqueadora sofria sérias dificuldades de expansão, devido a fatores como: o seu baixo preço de mercado, que era imposto pela coroa, numa estratégia para manter baixo o custo dos produtos exportáveis (já que o charque era o principal alimentos dos escravos); o escasseamento da mão-de-obra escrava, ocasionados pela intensificação dos movimentos abolicionistas e ainda uma concorrência acirrada das saladeiras platinas, onde o gado era de melhor qualidade e já possuíam na época, uma infra-estrutura mais aprimorada no salgamento da carne, permitindo-lhe ter um preço mais competitivo. Com isto, desde a década de 50 do século XIX, o comércio do charque rio-grandense se mantinha em patamares pouco crescentes.

A falta de produtos agrícolas que pudessem vir a interessar aos países europeus limitou a economia rio-grandense ao mercado interno brasileiro destinado a consumidores de baixa renda, ou nenhuma, como os escravos.

²¹ Neste período houve um surto de desenvolvimento nas principais cidades da região. A mais importante delas, Pelotas, teve seu apogeu entre os anos de 1860 e 1890, décadas destacadas pela opulência e riqueza entre seus habitantes estancieiros/charqueadores (Rodrigues, In: *Ágora*, 1997, p. 67-85).

Alguns políticos da época já haviam diagnosticado que esta atividade com o tempo tenderia a desaparecer. O que viria a se confirmar nas primeiras décadas do século XX.

A partir das últimas décadas do século XIX, o charque e a economia pecuária como um todo começam a perder definitivamente sua importância econômica.

A descaracterização do Estado Rio Grande do Sul como estritamente pecuário, que perdurou desde o início de sua ocupação, começou a ser notada, mais nitidamente, a partir da última década do século XIX, quando ocorreu a intensificação da policultura e da indústria na região Norte. Estas novas atividades trazidas pelos imigrantes alemães e italianos proporcionaram um rápido desenvolvimento na economia da região tornando-a já na metade do século XX, como a região economicamente mais desenvolvida do Rio Grande do Sul.

TABELA 2: Participação de alguns produtos no valor das exportações do Rio Grande do Sul: 1861-90/1923-27. *

	1861		1890		1923		1927	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Charque	5.490	37,7	5.223	30,3	59.845	19,2	73.980	17,7
Couros	5.856	37,2	4.211	24,4	44.601	14,3	28.467	6,8
Arroz	-	-	-	-	24.423	7,8	54.036	13,0
Banha	-	-	1.993**	11,5	41.274	3,3	81.980	19,7
F. de Mand.	221	1,4	1.117	6,5	8.466	2,7	7.570	1,8
Feijão	627	4,0	1.583	9,2	4.504	1,4	13.899	3,3
Fumo	-	-	348	2,0	13.058	4,2	13.415	3,2
Vinho	-	-	-	-	7.751	2,5	12.121	2,9

(**) Incluí o toucinho.

(*) O hífen indica que não houve exportação, ou seja o seu valor foi inferior a 1% do valor total das exportações.

FONTE: Fonseca, 1983, p. 69.

Pelos dados da tabela acima, fica nitidamente comprovada a ascensão policultora no Rio Grande do Sul, originária basicamente dos produtos oriundos da região Norte, em contrapartida ao declínio das atividades ligadas à pecuária.

O projeto econômico que incentivou a policultura e a colonização, não deve ser encarado como a principal causa do desenvolvimento da região norte, porém esta política

econômica ajudou a transformar a região no novo centro econômico do Estado do Rio Grande do Sul.

Enquanto que na Metade Sul do Rio Grande do Sul acentuava-se a decadência econômica, fazendo com que a classe dos estancieiros pecuaristas perdesse definitivamente a hegemonia interna tanto política como econômica do Estado.

Apesar da falta de perspectivas da atividade pecuária, já a partir da metade do século XIX, não consta em nenhum momento da historiografia rio-grandense, a intenção tanto dos estancieiros como do governo, em alterar as atividades produtivas na região.

O enraizamento dos estancieiros da Metade Sul na criação pecuária extensiva não lhes permitiu vislumbrar uma outra alternativa agrícola e nem mecanismos diferenciados na criação dos rebanhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS (- O Porquê da Crise – uma análise não conclusiva)

A proposta deste artigo não foi diagnosticar definitivamente a causa da estagnação econômica da Metade Sul, mas sim proporcionar ao leitor uma reflexão do seu processo de formação histórica. Porém, busca-se a partir daqui, considerando alguns princípios da teoria schumpeteriana, justificativas para este processo de estagnação.

Começa-se salientando a importância que Schumpeter (1997) deu à figura do “empreendedor” no processo de desenvolvimento das regiões. Para ele o agente empreendedor é aquele que fomenta a vida econômica. É o que mesmo não estando totalmente esclarecido dos detalhes que vai enfrentar inova e busca melhores resultados. Seu sucesso depende muito mais de sua intuição e de sua capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente poderá não ser constatada como verdadeira, deixando de lado por completo o perfunctório, e assumindo riscos. Ainda segundo Schumpeter, não há como explicar os princípios que norteiam as ações dos empreendedores.

A falta de uma dinâmica que vise lucro incorre num processo de estagnação, pois admite, o mesmo Schumpeter (1997), que o lucro necessariamente será revertido para a totalidade da sociedade, ou na forma de salários para os trabalhadores ou como dividendos para os empresários. Fatores que acabarão refletindo-se na elevação dos índices de desenvolvimento da região.

E então há uma verdade geral: o lucro enquanto um fenômeno de valor especial e independente está vinculado fundamentalmente ao papel de liderança do sistema econômico (Schumpeter, 1997, p. 99).

Em síntese, os valores revestidos em lucros e os montantes de produtos a eles correspondentes, constituem-se em uma parte do dividendo nacional, e deverão

necessariamente ser distribuídos, por todos os serviços envolvidos no processo produtivo.

Schumpeter também relutava em aceitar que o homem só é capaz de criar situações produtivas em função do meio em que vive. Para ele esta constatação só se fundamenta no reino da teoria, pois o interesse não era moldar os homens para situações rotineiras, mas sim incentivar homens já formados, para novas ações. Só assim poderão surgir novos fatores que, em última análise, possibilitarão o desenvolvimento.

Logo, as iniciativas pessoais em busca de melhores rendimentos individuais, partem de agentes inovadores que passam a ter uma função social fundamental para o desencadeamento do processo de desenvolvimento de uma região.

Baseando-se nestas considerações, o que se observa no Rio Grande do Sul no final do século XIX? A presença de um rebanho com crescimento diminuto, causado não só pela falta de higiene e tecnologia arcaica que naturalmente proporcionavam grandes perdas (pela incidência de várias doenças) mas também pela matança indiscriminada, com o sacrifício de vacas prenhes e novilhas de pouca idade, pois havia necessidade crescente de matéria-prima para indústria charqueadora. Nesta época quase sempre o gado era comercializado sem atingir o peso ideal, o que se refletia no seu baixo preço. Tais agravantes mesmo assim, não motivaram o estancieiro da Metade Sul a buscar novas alternativas produtivas, identificando assim o seu total despreparo como agente inovador.

Pode-se afirmar também, que a permanência da cultura pecuária na Metade Sul, por séculos, deve-se muito aos “aceitáveis” percentuais de lucratividade aliado ao total despreparo dos estancieiros em relação a outras atividades agrícolas.

Segundo a historiografia, a busca de novos produtos agrícolas não era o principal agravante nos discursos da maioria dos políticos da época; o que realmente os preocupava era a falta de iniciativas tecnológicas nos processos produtivos do setor pecuário.

Estava enraizado na “cultura produtiva” do estancieiro o comportamento conservador, caracterizado na pouca disposição para enfrentar riscos inerentes à busca de novas alternativas. Segundo Bandeira (1994), existia um certo atrofiamento da capacidade empreendedora dos estancieiros da Metade Sul.

Havia ainda, segundo Fonseca (1983), o fato de que o estancieiro da Metade Sul, esteve economicamente sempre na condição de “refém” do reflexo da economia central exportadora. Pois, grande parte do charque comercializado dependia das necessidades alimentares internas do Brasil, que por sua vez se vinculava diretamente aos mercados europeus. Portanto, uma recaída no consumo do charque das regiões exportadoras fazia com que o charqueador se ressarcisse oferecendo ao estancieiro “...o preço mais baixo possível pelo gado” (Pesavento, 1980b, p. 48).

Assim, a pecuária na Metade Sul foi por longos anos, uma imposição muito mais pelas circunstâncias apresentadas, do que uma opção consciente dos estancieiros.

A ampla predominância da economia pecuária proporcionou a criação de uma cultura produtiva, onde, praticamente, inexistiam grupos sociais com aptidões para

envolverem-se com outras áreas da produção agrícola, que não fosse a pecuária, mesmo quando esta já dava sinais de decadência.

BIBLIOGRAFIA

- ANTONACCI, Maria Antonieta et al. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- ALONSO, José Antonio Fialho. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul, 1939- 1970*. Porto Alegre: FEE, 1984.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da Região Sul. *Crescimento econômico da Região Sul do RS. Causas e Perspectivas*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística- Secretaria do Planejamento e da Administração, 1994, p. 07-48.
- BECKER, Dinizar Firmiano. *A economia política do arroz*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional- O negro na sociedade escravocrata do RS*. 4. ed., São Paulo: Paz e terra, 1997.
- CARRION JR., Francisco M. *RS: Política Econômica & Alternativas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- CONDE D'EU, Luiz Felipe Maria Fernando Gastão de Orléans. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/Edipuc, 1990.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____. *A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República*. São Paulo: Fipe/USP, p 263-285, 1985.
- _____. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul - 1833-1834*. Tradução Dante Laytano. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional - estudo da realização do capitalismo no Rio grande do Sul*. São Paulo: Tese apresentada ao departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1972.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha- Charqueadas-Frigoríficos- Criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- _____. *RS: a economia & poder nos anos 30*. Porto Alegre: 1980(a).
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980(b).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Tradução: Leonam de Azevedo Penna. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo/USP, 1974.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Décadence Avec Élegance (Uma crítica ao Discurso da Metade Sul do Rio Grande do Sul)*. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul: Unisc, 1996.
- WAIBEL, Leo. *Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

ANEXO A: "Metade Sul" do Rio Grande do Sul

